

A GARANTIA AO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – LIMITES – ABUSOS (Christian Fernandes Gomes da Rosa) 1

A ARBITRAGEM NOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A LEI Nº 13.129/2015: NOVOS DESAFIOS (Rafael Carvalho Rezende Oliveira) 19

DEC. FEDERAL Nº 8.538/2015: A NOVA REGULAMENTAÇÃO DO TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (Christianne de Carvalho Stroppa) 32

O PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL: APLICABILIDADE NAS LICITAÇÕES PROMOVIDAS PELAS ENTIDADES DO SISTEMA “S” (Edcarlos Alves Lima e Juliana Torresan Ricardino) 47

ORIENTAÇÕES PARA AQUISIÇÃO SUSTENTÁVEL DE BENS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (Vinícius Lobato Couto) 55

A APLICAÇÃO DA TEORIA DA EXCEÇÃO DOS CONTRATOS NÃO CUMPRIDOS AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (Leonardo Rodarte de Almeida e Silva) 66

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Aquisição de material permanente com entrega imediata – Extinção da avença que ocorreu por cumprimento do objeto – Necessidade de declaração da extinção do ajuste pela autoridade competente e publicação na imprensa oficial – Princípio da publicidade e segurança jurídica 75

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – Alteração quantitativa da ata de registro de preços – Possibilidade – Observância do limite previsto no § 1º do art. 65 da Lei de Licitações 75

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Empresa de pequeno porte que é excluída do Simples Nacional em razão de seu lucro ter ultrapassado o limite para aplicação do tratamento diferenciado – Alteração do regime tributário no decorrer do ajuste – Desequilíbrio econômico-financeiro – Revisão contratual 76

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS – Execução de sondagem e levantamento planialtimétrico e cadastral de terreno – Inviabilidade da utilização do Sistema de Registro de Preços – Instauração de uma licitação comum – Utilização da modalidade concurso ou outra modalidade tradicional – Tipo de licitação adequado: melhor técnica ou técnica e preço – Adoção da modalidade pregão, desde que seja possível comprovar que os mencionados serviços se enquadram como comuns 78

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Suspensão da avença – Resgate pelo contratado de garantia contratual – Impossibilidade – Restituição após a execução do ajuste 80

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Transporte escolar de educandos das comunidades rurais para o Município – Avença celebrada com empresa cujo sócio-gerente é genitor de Secretários da Urbe – Afronta a dispositivo da LOM – Alegação de que o ajuste possui “cláusulas e condições uniformes” caracterizando exceção prevista no diploma legal – Não cabimento – Negociação de condições e procedimentos específicos entre o ente contratante e a contratada – Inexistência de natureza de contrato de adesão dos pactos por licitação – Afronta aos princípios da impessoalidade e da moralidade – Legalidade da revogação da avença (TJMG) 81

CONVITE – Contratação de empresa para pavimentação asfáltica “Laudo de recebimento/conclusão da obra” – Obras executadas de acordo com as especificações, normas e condições contratuais – Celebração de avenças particulares entre a pessoa jurídica e moradores para execução do restante do asfaltamento e colocação de meio-fio – Falhas e irregularidades – Pretensa responsabilização solidária do Município – Não cabimento – Previsão em cláusula do ajuste tão somente do dever de fiscalização da Urbe – Reexecução das obras pela empresa contratada que se impõe (TJPR) 86

DISPENSA DE LICITAÇÃO – Emergência – Desastre natural ocasionado por fortes chuvas – Decreto municipal – Contratação direta de diversas empresas de construção – Irregularidades em determinadas avenças – Processo administrativo instaurado pelo

TCE – Ausência de específicas situações de emergência – Contratos administrativos nulos (TJRJ) **91**

SANÇÃO ADMINISTRATIVA – Suspensão do direito de licitar e contratar com a ECT pelo prazo de cinco anos – Supostas condutas ilícitas praticadas durante a execução do contrato e participação no “escândalo dos Correios” – Processo administrativo – Ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa – Penalidade imputada com base em investigações de outros órgãos – Relatórios e documentos não juntados aos autos e em relação aos quais a empresa sancionada não teve acesso – Nulidade do ato administrativo (TRF1ªR) **95**

PREGÃO ELETRÔNICO – Contratação de serviços continuados de apoio administrativo – Arguição de vantagem indevida, auferida pela licitante vencedora, em decorrência do regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), nos termos da Lei nº 12.546/2011 – Desoneração da folha de pagamento – Alegada afronta aos princípios da legalidade, da isonomia e da moralidade – Suposta incompatibilidade da atividade econômica principal da vencedora com o objeto da licitação – Não ocorrência – Prova de cadastro em atividade econômica secundária compatível com os serviços licitados – Regular enquadramento da empresa no regime CPRB (TCU) **103**

PARÂMETRO OBJETIVO PARA IDENTIFICAR AS DESPESAS PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO POR PEQUENO VALOR (Silvia Portes Rocha Martins) **217**

A DURAÇÃO DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS FIRMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Larissa de Barros Pontes) **224**

BREVES CRÍTICAS E REFLEXÕES SOBRE O JULGAMENTO DO MS Nº 30.788 PELO STF: A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 46 DA LEI ORGÂNICA DO TCU E A (IN)COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL PARA DECLARAR A INIDONEIDADE DE LICITANTE (Gabriel Senra da Cunha Pereira e Fausto Vieira da Cunha Pereira) **228**

AS COMPRAS PÚBLICAS SOB O VIÉS DA SUSTENTABILIDADE NO ÂMBITO DAS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS (Marcelo Gomes Pinheiro) **234**

O MITO DE PROMETEU, O DEVIDO PROCESSO LEGAL E O DESVIO DE FINALIDADE NA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA SANCIONADORA NOS CONTRATOS LICITATÓRIOS (Michael de Jesus) **248**

A CONTRATAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS DE GRANDE VULTO ANTE AS RESTRIÇÕES DO ART. 42 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (Daniel Bulha de Carvalho) **259**

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Prestação de serviços contínuos – Alteração quantitativa do objeto efetuada durante a vigência inicial do ajuste – Valor contratual a ser considerado para fins de prorrogação **263**

PREGÃO – Não manutenção da proposta pelo licitante adjudicatário – Aplicação da penalidade do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 **263**

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Locação de equipamentos de informática – Prazo de 42 meses, nos termos do art. 57, inc. IV, da Lei de Licitações – Questionamento sobre a possibilidade de prorrogação do ajuste por mais 6 meses, de modo a atingir o limite

máximo legalmente admitido para a sua vigência, fixado em 48 meses – Possibilidade **264**

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO – Exigência/aceitação de garantias denominadas *bid bond* e *performance bond* – Conceituação – Modalidades de seguro-garantia – Considerações **265**

TCU – Aplicação da sanção de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Federal pelo período de cinco anos – Fraude a licitação – Alegada violação ao contraditório e à ampla defesa – Suposta competência exclusiva de autoridade do Poder Executivo para aplicar a penalidade, nos termos do art. 87, § 3º da Lei nº 8.666/1993 – Não ocorrência – Constitucionalidade do art. 46 da Lei nº 8.443/1992 (STF) **267**

DIREITO À SAÚDE – Ação cominatória – Fornecimento de medicamentos – Município – Alegada impossibilidade de cumprimento de decisão por ausência de orçamento – Princípio da reserva do possível – Dispensa de licitação que se impõe – Contratação emergencial – Controle judicial de políticas públicas – Direito à vida que deve ser resguardado (TJAL) **276**

ESCOLA ESTADUAL – Execução de obras – Implementação da licitação por sociedade civil denominada “Caixa Escolar” – Fiscalização por meio de Superintendência Regional de Ensino – Admissibilidade – Competência do órgão administrativo – Anulação do certame – Vulneração da legalidade e conveniência administrativa (TJMG) **282**

LEILÃO – Alienação de imóvel – Edital – Especificação insuficiente do bem – Ausência de clareza na definição do objeto – Arrematação e pagamento de galpão construído em desconformidade com a legislação de zoneamento – Ilegalidade do ato administrativo – Instrumento convocatório nulo quanto ao item considerado – Contrato administrativo pactuado desfeito – Ressarcimento dos valores pagos no negócio e do montante relativo às multas administrativas impostas pelo Município e pagas pelo particular – Não ocorrência, entretanto, de danos morais (TJPR) **285**

CONCORRÊNCIA PÚBLICA – Contratação de empresa ou consórcio de empresas para prestação de serviço de coleta de resíduos sólidos urbanos – Licitação vencida por empresa em recuperação judicial – Possibilidade – Vedação editalícia que não deve ser interpretada na literalidade pela Administração Pública – Hipótese em que há certidão judicial asseverando que a licitante está apta econômica e financeiramente para participar do certame – Não cabimento de análise de exequibilidade da proposta da vencedora – Necessidade de dilação probatória (TJRS) **289**

IMPEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES – Descumprimento do contrato administrativo – Irregularidade nos serviços

prestados – Aplicação do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 – Sanção administrativa – Multa – Exercício ao direito constitucional – Recurso não provido (TJSP) **296**

LICITAÇÃO INTERNACIONAL – Eletrobras – Financiamento pelo Bird – Divergência entre os dispositivos da Lei nº 8.666/1993 e as Diretrizes de Aquisições do Grupo do Banco Mundial – Regras do organismo alienígena que não afrontam os princípios gerais da LLC, em especial os do julgamento objetivo e da isonomia – Aplicação afastada do § 4º do art. 42 da LLC – Observância do § 5º do mesmo preceptivo (TCU) **299**

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA EM PROCEDIMENTOS SANCIONATÓRIOS REGULATÓRIOS (André Saddy e Rodrigo Azevedo Greco) 109

OS CONTRATOS ASSOCIATIVOS NO ÂMBITO DOS ATOS DE CONCENTRAÇÃO (Alex Serpa Saba de Mattos) 136

A EXIGÊNCIA DE GARANTIA PARA PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E A NECESSIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO AO LONGO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO (Gina Copola) 151

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO: ATO PASSÍVEL DE RESPONSABILIZAÇÃO POR ESTAR SITUADO NO ÂMBITO DO PODER DE CONTROLE HIERÁRQUICO (Sérgio Honorato dos Santos) 154

COMISSÃO DE LICITAÇÃO – Membros, incluindo o presidente – Exercício de mandato – Duração máxima – Reconstituição da totalidade dos membros da comissão – Vedação expressa no § 4º do art. 51 da Lei nº 8.666/1993 – Reconstituição admitida por uma única vez 161

SANÇÃO ADMINISTRATIVA – Processo administrativo punitivo finalizado – Aplicação da penalidade de multa ao contratado – Publicação do resultado na imprensa oficial – Observância do princípio da publicidade 162

BEM IMÓVEL – Alienação gratuita e concessão de direito real de uso – Art. 17, inc. I, al. f, da Lei de Licitações – Legalidade condicionada ao preenchimento dos requisitos legais – Autorização legislativa, avaliação prévia e interesse público devidamente justificados 163

LICITAÇÃO FRACASSADA – Licitação deserta – Distinção – Declaração de arquivamento pela mesma autoridade responsável pelos atos de revogação ou anulação dos certames – Publicação na imprensa oficial – Repetição da licitação – Instauração de novo processo administrativo, com nova numeração – Aproveitamento (desentranhamento) das peças necessárias para instruir novo processo – Hipóteses de contratação direta 163

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – Comprovação da capacidade técnico-operacional – Apresentação de atestado – Experiência anterior que não necessita ser idêntica ao objeto licitado, podendo a idoneidade da licitante ser evidenciada pela prestação de serviços similares 165

CRIME LICITATÓRIO – Ex-Prefeito Municipal – Dispensa de licitação fora das hipóteses previstas em lei – Art. 89, *caput*, da Lei nº 8.666/1993 – Não caracterização – “Termo de concessão de uso de bem público” em favor de particular firmado pelo então Alcaide – Impropriedade técnica do documento – Mero assentimento da Urbe na extração de minerais por particular em área pertencente à Comuna – Requisito específico para a obtenção de licença para exploração mineral, do solo, nos termos da portaria do DNPM – Desnecessidade da realização de procedimento licitatório – Inexistência, ademais, de dolo na conduta – Fato atípico – Ação penal improcedente (STF) 167

TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS – Serviço de táxi – Licitação – Requisito do tempo de serviço como condutor auxiliar – Comprovação do exercício da função, desde 2001, por atestado emitido pelo sindicato competente – Previsão editalícia da prevalência do cadastro na entidade gestora do certame – Licitante cadastrado nesta última somente em 2009 – Redução da pontuação – Ausência de razoabilidade – Princípio não absoluto da vinculação ao instrumento convocatório – Interesse público em avaliar a melhor proposta e selecionar o candidato mais qualificado à prestação do serviço – Validade da declaração do sindicato (TJCE) 177

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA – Concessionária de serviço público de energia elétrica – Contrato de patrocínio – Campeonato automobilístico – Divulgação da logomarca da empresa – Contratação direta – Ausência de ilegalidade e lesividade – Não submissão a procedimento licitatório devido ao caráter institucional e à própria natureza da avença – Hipótese na qual houve mera impropriedade do fundamento utilizado de “ato gratuito razoável”, instituto disciplinado na Lei das S.A. (TJDFT) 183

MULTA – Contrato administrativo – Obra pública – Atraso na execução da avença – Ausência de culpa da contratada – Indisponibilidade de mão de obra e irregularidade na entrega de cimento por parte das indústrias e fornecedores – Descabimento da aplicação de penalidade – Ausência de razoabilidade e de proporcionalidade (TJGO) **190**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Desfile das escolas de samba do grupo especial – Administração, organização, promoção e completa realização do evento por entidade civil – Festividade que engloba atividades culturais e econômicas – Objetos distintos – Regime de contratação que deve ser diferenciado – Ausência de inviabilidade de competição na contratação de empresa para gestão da festa – Nulidade da avença – Ressarcimento da verba auferida pela venda de ingressos – Ausência de enriquecimento ilícito do Município – Contratada que se valeu de outras fontes de rendimentos, a exemplo do direito de transmissão para emis-

soras de televisão, o direito de exploração comercial de venda de produtos e serviços dentro do Sambódromo e da publicidade de diversas marcas (TJRJ) **197**

PREGÃO PRESENCIAL – Transporte de alunos da rede pública – Qualificação técnica – Cláusula editalícia – Exigência da apresentação de certificado de propriedade em nome do proponente de pelo menos 1/3 dos veículos destinados ao atendimento de cada lote do objeto licitado – Ilegalidade, nos termos do art. 30, inc. II, § 6º, da Lei nº 8.666/1993 – Concessão de prazo pela Administração para a apresentação de certidão negativa de “falências e concordatas” à empresa inabilitada, com base no art. 43, § 1º, da LC nº 123/2006 – Não cabimento – Dispositivo que trata de regularidade fiscal e não sobre qualificação econômico-financeira – Responsabilização do Prefeito Municipal, do pregoeiro e do assessor jurídico – Aplicação de multa administrativa – Caracterização da teoria da infração continuada (TCPR) **205**

PUBLICAÇÕES NECESSÁRIAS EM LICITAÇÃO E CONTRATO (Ivan Barbosa Rigolin) **313**

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: IMPORTANTE MECANISMO NO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO, MITIGADO PELO CONTROLE EXTERNO DE ALGUNS ESTADOS QUE COMPROMETEM A EFETIVIDADE DO MODELO EM FACE DE LEIS PARCIALMENTE INCONSTITUCIONAIS (João Batista Tavares) **318**

ACORDO DE LENIÊNCIA SOB O CRIVO DO TCU PARA O EXERCÍCIO DO CONTROLE ADMINISTRATIVO (Sérgio Honorato dos Santos) **332**

JOGO DE CRONOGRAMA NA EXECUÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA (Thiago Cássio D'Ávila Araújo) **337**

A CONSIDERAÇÃO DO PREÇO UNITÁRIO EM LICITAÇÕES COM JULGAMENTO POR PREÇO GLOBAL (Ricardo Ribas da Costa Berloff e Flavia Daniel Vianna) **348**

O PARTICULAR QUE CONTRATA COM A ADMINISTRAÇÃO E O LITISCONSÓRCIO NAS AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Gina Copola) **351**

CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO – Modalidades de licitação – Características – Peculiaridades – Critério de escolha da modalidade licitatória – Valor estimado da contratação **355**

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS – Habilitação – Exigência de certificado de boas práticas de fabricação expedido pela Anvisa – Inteligência do art. 30, inc. IV, da Lei de Licitações **356**

PREGÃO – Análise da exequibilidade das propostas – Momento adequado **357**

CONTRATAÇÃO DIRETA – Fornecimento de energia elétrica – Produtor independente de energia elétrica – Definição prevista no art. 11

da Lei Federal nº 9.074/1995 – Contratação por dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inc. XXII, da Lei de Licitações **358**

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Prestação de serviços contínuos, com fundamento no art. 57, inc. II, da Lei de Licitações – Realização, ao final da vigência contratual, de uma prorrogação, pelo prazo de 5 meses, com fundamento no § 4º do art. 57 da Lei Licitatória – Necessidade de uma nova prorrogação – Inviabilidade **358**

CAUÇÃO – Cláusula editalícia que prevê a perda da importância depositada na hipótese de desclassificação do licitante – Ilegalidade – Enriquecimento sem causa da Administração (TJDFT) **361**

CONCORRÊNCIA PÚBLICA – Prestação de serviços médicos e odontológicos – Atendimento da demanda dos usuários do SUS – Exclusão do certame de entidade associativa sem fins lucrativos voltada para o exercício de atividades beneficentes e de assistência social – Expressa e inequívoca menção à contratação de “empresa” pelo edital – Objeto da licitação inerente à atividade empresarial – Princípio da vinculação ao instrumento convocatório (TJPR) **367**

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Ação monitória – Pretensão pagamento pelo particular de parcela denominada “Administração Direta” por período superior àquele estabelecido para conclusão do objeto da avença – Não cabimento – Ajuste cujo prazo foi prorrogado diversas vezes, a pedido da contratada – Pretensão do recebimento da rubrica sem previsão editalícia ou contratual – Litigância de má-fé da empresa não caracterizada – Ausência do elemento subjetivo dolo (TJRS) **372**

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – Apresentação, por licitante, de certificado de capacitação de titularidade de outra empresa, penalizada com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do art. 87, inc. III, da Lei nº 8.666/1993 – Cessão do acervo técnico pela sancionada à Eireli de propriedade do mesmo sócio – Inadmissibilidade – Tentativa de burla à pena imposta (TJSP) **379**

SANÇÃO ADMINISTRATIVA – Suposto atraso injustificado na execução do contrato – Caracterização de fato da Administração

– Acréscimo de serviços sem a correspondente prorrogação do prazo de execução – Insuficiência de prazo concedido pelos termos aditivos – Contagem retroativa dos prazos de prorrogação – Indefinições, na hipótese, a respeito do sistema de alimentação de água potável, que persistiram mesmo após o término do prazo de execução previsto no termo aditivo – Responsabilidade da empresa afastada (TRF4ªR) **382**

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Caracterização – Presidente da comissão de licitação – Frustração à licitude do processo licitatório – Convite – Empresas concorrentes pertencentes ao mesmo grupo – Conluio com o ex-Prefeito e empresário, corréus na demanda – Autoria e materialidade comprovadas – Dolo caracterizado – Dosimetria da pena – Condenação ao pagamento de multa civil (TRF5ªR) **393**

PREGÃO PRESENCIAL – Contratação de empresa capacitada para o fornecimento e manutenção de sistema informatizado dos serviços de gestão, organização e controle de arrecadação do ISSQN, que opere em ambiente *web* e com tecnologia de emissão de nota fiscal eletrônica – Habilitação – Exigência de atestados de capacidade técnica fornecidos por, no mínimo, três órgãos da Administração Pública – Demonstração de experiência técnica anterior idêntica ao objeto licitado – Comprovação de que, no mínimo, um Advogado, um Contador e um Analista de Sistemas pertencem ao quadro de funcionários da empresa – Afronta à competitividade – Responsabilização do Prefeito, da Pregoeira e signatária do edital, do Procurador que emitiu parecer jurídico e do Diretor do Departamento de Compras – Aplicação de multa administrativa – Determinação da não prorrogação do contrato (TCPR) **398**

QUE É REVISÃO CONTRATUAL? COMPARAÇÃO COM O REAJUSTE E COM A REACTUAÇÃO (Ivan Barbosa Rigolin) 409

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: HIPÓTESE EM QUE SE DEVE ASSEGURAR PREFERÊNCIA EM IGUALDADE DE CONDIÇÕES AO BENEFICIÁRIO (Sérgio Honorato dos Santos) 422

A DESNECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DO ART. 16 DA LRF NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS (Larissa de Barros Pontes) 426

OS CONTRATOS SUSTENTÁVEIS E O PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO RETROCESSO AMBIENTAL (Toshio Mukai) 429

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA: CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO RECENTE JURISPRUDÊNCIA DO EG. TJSP (Gina Copola) 432

A CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO (Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy) 438

PREGÃO – Aquisição e instalação de 7 equipamentos de ar condicionado e contratação de serviços de manutenção, preventiva e corretiva, de 16 equipamentos – Realização de única licitação – Não cabimento – Objetos de natureza distinta 447

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS – Delimitação de perímetro da localização como condição de participação no certame – Necessidade de justificativa no competente processo administrativo, sob pena de violação ao princípio da competitividade 447

CONTRATAÇÃO DIRETA – Dispensa de licitação em razão do pequeno valor – Contratação de empresa que apresenta proposta de preço inferior ao limite legal, embora existam orçamentos superiores a este limite – Possibilidade 448

SUBCONTRATAÇÃO – Inexistência de vínculo entre a Administração e o subcontratado – Documentação habilitatória do subcontratado – Exigência no decorrer da execução do ajuste e antes que se

efetive a subcontratação – Havendo previsão expressa em edital licitatório sobre a possibilidade de subcontratação, devem as empresas licitantes apresentar a documentação de habilitação das eventuais subcontratadas? 449

CONTRATO DE GESTÃO – “Programa DF digital” – Capacitação de cidadãos para utilização de tecnologias visando à inclusão no mercado de trabalho – Contratação direta de serviços e equipamentos comuns – Não demonstração de qualificação técnica e financeira da entidade – Impossibilidade de escolha livre, desmotivada e sem publicidade prévia da parte contratada – Nulidade da avença – Efeitos retroativos da declaração (TJDFT) 451

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Município – Contratação direta de serviços de Assessoria Jurídica – Legalidade – Ausência de Procuradoria na Urbe – Inviabilidade de competição – Singularidade dos serviços – Não caracterização de afronta aos princípios basilares da Administração Pública – Modicidade do valor dos contratos (TJGO) 460

REINTEGRAÇÃO DE POSSE – Rescisão do negócio jurídico – Alienação de bens públicos após licitação na modalidade concorrência – Imóveis destinados à ampliação de parque industrial conforme assinatura do contrato administrativo – Descumprimento das cláusulas da avença pelo particular – Reversão ao patrimônio público – Pretensa indenização pelas benfeitorias realizadas – Descabimento – Supremacia do interesse público que justifica a existência de cláusulas exorbitantes no ajuste (TJPR) 467

OBRA PÚBLICA – Vícios constatados na construção de ginásio poliesportivo de escola municipal – Aplicação de penalidades à contratada – Infiltração em telhado – Insuficiente inclinação prevista em projeto elaborado pela própria Urbe contratante e de conhecimento do fiscal da execução da avença – Ausência de responsabilidade da empresa (TJRS) 472

REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO – Concorrência pública – Utilização de box, pelo prazo de cinco anos, no interior de terminal rodoviário municipal – Convênio celebrado com o DER para reforma da rodoviária como fato superveniente – Edital do certame que não

previu o ônus imposto ao concessionário em arcar com 50% dos valores gastos na reforma – Legislação que fundamentou o ajuste promulgada anteriormente à licitação – Afronta à boa-fé objetiva pela Urbe – Danos morais – Indenização devida ao licitante – Danos materiais e lucros cessantes não demonstrados (TJSP) **479**

CRIME LICITATÓRIO – Pretensão ajuste prévio entre particulares e elaboração deficiente do edital objetivando fraudar o certame – Ausência de provas – Caracterização, entretanto, da elevação arbitrária de preços por licitante – Superfaturamento – Dosimetria das penas – Fixação de valor mínimo para reparação do dano – Não cabimento – Pedido não formulado na peça acusatória (TRF4ªR) **483**

OUTSOURCING DE IMPRESSÃO – Pregão eletrônico – Não caracterização de direcionamento a determinado licitante ou a marca específica – Limites referentes à gramatura do papel, entretanto, que devem ser justificados com estudos técnicos – Impropriedade, ademais, da exigência de declaração dos fabricantes, para fins de habilitação, de que os equipamentos são novos e estão na linha de produção – Alegada alteração dos índices do balanço patrimonial para fins de habilitação econômico-financeira, sem a republicação do edital – Não indicação da área de formação requerida quando da exigência de profissional de nível superior – Cláusulas com potenciais restritivos que não causaram prejuízo à competitividade (TCU) **495**

NA PADRONIZAÇÃO É POSSÍVEL INDICAR MARCAS, INCLUSIVE INVOCAR A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO (Sérgio Honorato dos Santos) **509**

ALTERAÇÕES RELEVANTES PROMOVIDAS PELA LEI Nº 13.204/2015 NO NOVO MARCO REGULATÓRIO DAS PARCERIAS VOLUNTÁRIAS: LEI Nº 13.019/2014 (Sílvia Portes Rocha Martins) **516**

A ESCOLHA DO PORTAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO: DIFERENCIAIS ENTRE O COMPRASNET E O LICITAÇÕES-E (Flavia Daniel Vianna) **531**

A INAPLICABILIDADE DA TEORIA DA IMPREVISÃO PARA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS CELEBRADOS COM AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (Michael de Jesus) **538**

A DINÂMICA DOS PRINCÍPIOS EM MATÉRIAS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E O VETOR AXIOLÓGICO DA RAZOABILIDADE (Tiago Moraes Ribeiro) **550**

LICITAÇÃO – Participação de empresa, através de seu estabelecimento matriz, que se sagrou vencedora do certame, tendo sido celebrado o respectivo contrato – Solicitação posterior de alteração do estabelecimento contratado (matriz) para sua filial – Possibilidade **559**

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Compra de materiais de escritório precedida de licitação na modalidade convite – Formalização – Observância do disposto no art. 62 da Lei de Licitações – Substituição por instrumentos mais simplificados – Hipóteses de cabimento **560**

TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS – Trespasse de serviços caracterizados como “atividade-fim” da Administração para particulares – Limites **561**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR RURAL – Acréscimo quantitativo de novos alunos – Observância dos limites legais previstos no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993 – Extrapolação – Obtenção de desconto por parte do contratado – Admissibilidade **562**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – Administração Pública Municipal – Vigência e prorrogação – Distinção do prazo de duração dos contratos – Possibilidade de ultrapassar a vigência dos créditos orçamentários **564**

CONDOMÍNIO EDILÍCIO – Entes públicos proprietários de frações ideais do imóvel – Exploração de área comum do prédio como estacionamento – Alegada fraude ao caráter competitivo do certame, nos termos do art. 90 da Lei nº 8.666/1993 – Não cabimento – Relação regida pelo Direito Privado – Crime licitatório – Atipicidade da conduta – Falta de justa causa para a ação penal (STJ) **565**

PROPRIEDADE INTELECTUAL – Pregão presencial – Prestação de serviços de sustentação do sistema integrado de gestão de material – Pretensa cessão, em favor da Administração, do código-fonte de linguagem computacional – Negativa de disponibilização pela contratada – Admissibilidade – Proteção pelo Direito Autoral – Inexistência de previsão editalícia ou contratual – Objeto da licitação que não engloba a cessão do programa (TJDFT) **569**

TERMO DE PARCERIA – Ajuste firmado entre o Município e Oscip para contratação terceirizada de Agentes Comunitários de Saúde e de Combate a Epidemias – Irregularidades – Ausência de concurso de projetos – Transferência de atividade de natureza pública para a iniciativa privada – Caracterização de desvio de finalidade – Terceirização de mão de obra – Burla ao princípio do concurso público – Prefeito Municipal – Improbidade administrativa – Proporcionalidade e razoabilidade da sanção (TJSP) **575**

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Não comprovação da regularidade fiscal pelo particular na vigência da avença – Retenção do pagamento pela Administração – Ilegalidade – Não configuração como uma das sanções administrativas previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/1993 (TRF1ªR) **582**

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – “Operação Sanguessuga” – Convênio – Aquisição de unidades móveis de saúde – Alegação de enriquecimento ilícito, superfaturamento e prejuízo ao Erário, além de atos atentatórios à Administração Pública – Hipótese dos arts. 9º, 10 e 11 da Lei nº 8.429/1992 – Não ocorrência – Fragilidade das provas – Improcedência da demanda (TRF4ªR) **585**

HABILITAÇÃO – Aquisição de medicamentos – SRP – Exigência de apresentação de Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) – Admissibilidade – Hipótese em que não ocorreu afronta à isonomia e à competitividade do certame – Observância dos devidos cuidados sanitários na fabricação dos fármacos (TCU) **596**

CHEGOU A HORA: UMA NECESSÁRIA MUDANÇA NA EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS NO BRASIL (Flávio Amaral Garcia) **609**

LICITAÇÕES INTERNACIONAIS: REGIME JURÍDICO E ÓBICES À ABERTURA DO MERCADO PÚBLICO BRASILEIRO A EMPRESAS ESTRANGEIRAS (Thiago Marrara e Carolina Silva Campos) **612**

A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NAS LICITAÇÕES DE OBRAS E DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA. ATESTADOS EM NOME DA EMPRESA (Jair Eduardo Santana) **629**

AS ENTIDADES DE COOPERAÇÃO GOVERNAMENTAL: PONDERAÇÕES AOS SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS (Tauã Lima Verdan Rangel) **635**

SOBRE O INSTITUTO JURÍDICO DA VISITA TÉCNICA E A INTERPRETAÇÃO ATUALMENTE ADOTADA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOBRE ESSE TEMA (Gustavo Brugnoli Ribeiro Cambraia) **641**

DA POSSIBILIDADE DE O MUNICÍPIO, POR MEIO DE LEI PRÓPRIA, VEDAR A PARTICIPAÇÃO DE LICITANTE PENALIZADO EM ESFERA FEDERATIVA DISTINTA COM BASE NO ART. 87, INC. III, DA LEI FEDERAL DE LICITAÇÕES (Bruno Santos Cunha, Renato Albuquerque Deák e Renato Saeger Magalhães Costa) **652**

PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO DE DETERMINADA EMPRESA QUE POSSUI OS MESMOS SÓCIOS DE OUTRA PESSOA JURÍDICA QUE FOI PENALIZADA E ESTÁ IMPEDIDA DE LICITAR – Extensão automática da penalidade à empresa licitante – Impossibilidade – Pessoas jurídicas distintas **657**

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Cessão de crédito efetuada pelo contratado – Cabimento – Observância das disposições contidas no art. 286 do Código Civil – Pagamento que somente poderá ser realizado pela Administração ao cessionário após o cumprimento da obrigação contratual pela cedente **658**

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Aplicação da pena de multa – Particular contratado que possui mais de um contrato em vigor

com a mesma Administração – Glosa do pagamento em contrato diverso – Descabimento **659**

LICITAÇÃO EXCLUSIVA – Comparecimento de apenas uma única microempresa no certame – Impossibilidade do ingresso de empresas comuns **660**

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Pagamento efetuado com atraso, sem o cômputo de juros e correção monetária – Recebimento pelo credor sem nenhuma ressalva – Outorga de plena quitação **661**

PUBLICIDADE OFICIAL – Contratação de empresa, sem prévio procedimento licitatório, como veículo oficial de divulgação dos atos da Câmara de Vereadores – Previsão na LOM – Declaração de inconstitucionalidade incidente nos autos da demanda – Não caracterização de dolo genérico dos acusados – Conduta que, mesmo que de questionável validade em razão da vigência de preceitos legais e constitucionais relativos à matéria, deu-se com base em lei municipal em vigor quando da prática do ato – Não cabimento da condenação por ato de improbidade administrativa (STJ) **663**

PREGÃO – Definição da proposta vencedora – Aferição da aceitabilidade – Apresentação de novas planilhas de custos de acordo com o lance vencedor – Rejeição pela Pregoeira embasada em parecer de órgão técnico – Desclassificação – Ausência de ilegalidade – Oportunidade assegurada à licitante de retificar os dados do novo orçamento, corrigindo pequenos erros materiais e adequando questões técnicas (TJMG) **669**

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Caracterização – Presidente da Câmara de Vereadores – Contratação de serviços advocatícios mediante inexigibilidade de licitação – Não comprovação da inviabilidade de competição – Aquisição irregular de combustível – Enriquecimento ilícito – Decretação da indisponibilidade de bens (TJRS) **675**

CONVÊNIO – Realização de festa cultural por Município – Execução parcial do objeto, embora tenha havido a totalidade do pagamento – Desconformidade com o plano de trabalho pactuado – Fraude à licitação – Contrato de prestação de serviços celebrado com a

Urbe às vésperas do evento – Afronta à competitividade – Dano ao Erário – Prefeito Municipal – Improbidade administrativa – Caracterização – Não prestação de contas no prazo convencionado e, após provocação do órgão competente, apresentação de forma incompleta – Condenação do ex-Alcaide ao ressarcimento integral do dano, dentre outras sanções – Impossibilidade do duplo ressarcimento, tendo em vista a penalidade já aplicada pelo TCU (TRF5ªR) **681**

GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – Coleta de preços – Elaboração de planos municipais – Edital – Habilitação – Exigência

de equipe técnica qualificada e experiente, entre outros questionamentos – Necessidade de justificação, de forma expressa, dos motivos para tanto, desde que tais condições se revelem imprescindíveis à execução do objeto (TCU) **686**

CONTRATO DE COPATROCÍNIO – UFC São Paulo – Suposto desperdício do dinheiro público – Município – Custeio pelo Poder Público para promoção da Urbe em âmbito nacional e internacional – Evento realizado na semana do aniversário da Metrópole – Inexistência de ilegalidade – Ajuste passível de celebração sem procedimento licitatório (TCMSP) **697**

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PARCERIAS SOCIAIS: COMENTÁRIOS À LEI Nº 13.019/2014 (Thiago Marrara e Natália de Aquino Cesário) **701**

ADJUDICAÇÃO POR LOTE NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (Flavia Daniel Vianna) **718**

A PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS EMPRESARIAIS EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS: LIVRE ESCOLHA DA ADMINISTRAÇÃO LICITANTE? (João Paulo da Silveira Ribeiro e João Pedro Accioly Teixeira) **725**

AS NOVAS MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: O CASO DA LOCAÇÃO DE ATIVOS (João Paulo Imparato Spörl e Luiza Souto Nogueira) **731**

ALOCAÇÃO E MITIGAÇÃO DOS RISCOS EM PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO BRASIL (Carlos Marcio Campos Lima e Antonio Carlos Coelho) **741**

CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO – Modalidades de licitação – Critério de escolha – Valor estimado da contratação **757**

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL – Declaração de inexistência de fato impeditivo de sua habilitação e contratação – Inabilitação **758**

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Reajuste – Data-base a ser considerada para fins de cômputo do prazo concessivo do reajustamento dos preços contratuais **759**

ANO ELEITORAL – Município – Instauração de licitações, celebração de contratos ou assunção de obrigações em ano de pleito – Admissibilidade – Considerações **760**

LICITAÇÃO POR ITENS – Formalização de vários contratos em um único instrumento contratual – Possibilidade **760**

ORÇAMENTO ESTIMADO EM PLANILHAS DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS – Anexo obrigatório dos editais, nas modalidades tradicionais de licitação (convite, tomada de preços e concorrência) – Pregão – Obrigatoriedade de o orçamento constar dos autos do pregão – Dever de disponibilizar o acesso ao interessado a partir da exteriorização da licitação – Posicionamento do TCU que admite o sigilo do orçamento até a fase de lances **761**

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Prefeito Municipal – Dispensa de licitação fora das hipóteses legais, contratação superfaturada de serviços contábeis destituídos de singularidade e compra fracionada, sem licitação, de materiais em quantidades excedentes às necessidades da Prefeitura – Condenação do ex-Alcaide e da empresa de consultoria contábil – Dolo e lesão ao patrimônio público caracterizados – Gasto desarrazoado do dinheiro público em detrimento da economicidade – Ressarcimento ao Erário que se impõe – Não observância das técnicas quantitativas de estimação (STJ) **763**

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Rescisão unilateral da avença – Processo administrativo – Insuficiência na prestação do serviço – Caracterização, entretanto, de culpa concorrente – Danos materiais devidos – Limitação aos gastos suportados pela empresa no tocante aos serviços não executados em decorrência das informações comprovadamente imprecisas e equivocadamente fornecidas pela Administração, ressalvando as hipóteses não indenizáveis – Não cabimento de indenização por danos morais (TJES) **777**

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Avença celebrada com cônjuge de servidor público municipal – Rescisão do ajuste – Alegada vedação por dispositivo da LOM – Não cabimento na hipótese – Parágrafo único do artigo que excepciona da regra “contratos de cláusulas uniformes” – Ausência de vício no procedimento ou defeito na prestação do serviço (TISP) **784**

SANÇÃO ADMINISTRATIVA – Aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos, além da

imposição de multa – Alegação da não observância do contraditório e da ampla defesa – Não visualização de qualquer ilegalidade praticada pela Administração – Agravo de instrumento – Recurso improvido (TRF2ªR) **787**

PREGÃO ELETRÔNICO – Edital – Contratação de serviço de manutenção e assistência técnica para viaturas blindadas – Estabelecimento por item do termo de referência de restrição geográfica – Empresa contratada que deverá estar localizada a uma distância máxima de 30 Km da sede da unidade militar – Legalidade – Deslocamento dos veículos que demanda ação complexa, com

observância de padrões de segurança de tráfego e o envolvimento de vários órgãos públicos – Homenagem à razoabilidade e à eficiência pública (TRF4ªR) **790**

HABILITAÇÃO – Regularidade fiscal – Utilização de falsa certidão negativa emitida via Internet pela empresa vencedora – Fraude comprovada – Declaração de inidoneidade da pessoa jurídica pelo período de um ano – Carência de verificação da autenticidade do documento pela comissão de licitação – Dever de ofício – Condenação individual dos membros do Colegiado – Aplicação de multa administrativa (TCPR) **793**

NEPOTISMO EM LICITAÇÃO: O PARENTESCO COMO IMPEDIMENTO À PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES PÚBLICAS (Eduardo Sérgio Cabral de Lima) **801**

ADMINISTRAÇÃO CONTRATUAL, NOVA CONTRATUALIDADE ADMINISTRATIVA E CONTRATOS DE PARCERIAS: BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DE ALGUNS CONCEITOS QUE INTEGRAM UMA NOVA TERMINOLOGIA TRAZIDA PELA DOUTRINA ADMINISTRATIVISTA CONTEMPORÂNEA (Murilo Ruiz Ferro e André Castro Carvalho) **814**

ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS POR INTERMÉDIO DE "CARONA" NAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS (Renata Carvalho Kobus) **825**

O RECURSO NO PREGÃO (Simone Zanotello) **834**

A INVIABILIDADE JURÍDICA DE COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL MEDIANTE ATESTADO FORNECIDO POR SOCIEDADE EMPRESÁRIA CONTROLADORA EM FAVOR DE SUA SUBSIDIÁRIA INTEGRAL (Alberto Shinji Higa) **854**

CONVITE – Envio por *e-mail* **857**

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Reajuste e revisão contratual – Não vinculação aos limites percentuais estabelecidos para acréscimos e supressões quantitativas do objeto **857**

PREGÃO PRESENCIAL – Fase de lances – Fixação de um intervalo mínimo de valor – Inviabilidade – Ausência de respaldo legal **858**

CONVITE – Publicação do aviso – Afixação da cópia do instrumento convocatório no quadro de avisos da entidade licitante – Publicação na imprensa oficial, em jornal de grande circulação e/ou em meios eletrônicos – Possibilidade **859**

LICITAÇÃO – Exigência que as empresas licitantes possuam matriz, filial ou representante no local da sede da Administração

contratante – Ilegalidade – Exigência editalícia de o vencedor possuir sede/filial/escritório no Município – Ampla justificativa técnica – Possibilidade – Cautelas para não caracterizar restrição à competitividade **860**

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Prestação de serviços contínuos – Prorrogação da avença – Desnecessidade de previsão expressa no edital e respectivo contrato **861**

SANÇÃO ADMINISTRATIVA – Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Poder Público Estadual – Controle jurisdicional do processo administrativo – Violação ao princípio da proporcionalidade – Excesso no exercício do poder sancionatório – Anulação do ato (TJES) **863**

PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE – Contratação da prestação de serviço de transmissão radiofônica de sessões da Câmara Municipal – Inexistência de subsunção ao conceito de publicidade – Inaplicabilidade do procedimento próprio da Lei nº 12.232/2010 – Transparência da atividade administrativa – Observância da Lei nº 8.666/1993 (TJRS) **868**

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Prestação de serviços de limpeza e higienização – Não apresentação dos produtos e equipamentos nos quantitativos pactuados ou da reposição ou substituição de servente – Inexecução parcial da avença – Aplicação de multas contratuais – Legalidade – Cláusulas exorbitantes – Observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade (TRF3ªR) **870**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Contratação de artistas – Festa promovida por Município – Convênio – Figura do empresário exclusivo que não se confunde com o mero intermediário – Exclusividade elucidada no inc. III do art. 25 da Lei nº 8.666/1993 que pressupõe relação contratual duradoura, e não algo pontual, destinado à apresentação de um único evento – Inscrição da Urbe nos cadastros Siafi/CAUC/Cadin (TRF4ªR) **874**

PREGÃO ELETRÔNICO – Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército – Registro de preços – Fornecimento e instalação de sistema de infraestrutura de alta disponibilidade para rede e servidores do centro telemático de dados e voz para atendimento a equipamentos ativos e passivos – Irregularidades – Elaboração de orçamento estimado da contratação apenas com base em cotações junto a empresas que supostamente teriam

condições de entregar a solução completa – Adoção do SRP para objeto que não se enquadra às hipóteses previstas no art. 3º do Dec. nº 7.892/2013 – Realização da licitação em lote único, contrariando o § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/1993 e a Súmula nº 247 – Imprecisão quanto ao objeto – Aplicação de multa ao ordenador de despesas e responsável pela aprovação do termo de referência e aos elaboradores do documento (TCU) **880**

ANÁLISE DO INSTRUMENTO PÚBLICO LICITATÓRIO À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA CF/1988: UM DEBATE SOBRE AS LEIS nº8.666/1993 E 12.462/2011 (Cícero Júnior Siqueira dos Santos, Marcos José de Oliveira Lima Filho e João Adolfo Ribeiro Bandeira) **901**

LICITAÇÕES EM ANO ELEITORAL (José Roberto Tiossi Junior) **913**

PREGÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ADMISSIBILIDADE E O MÉRITO DO RECURSO (Sérgio Honorato dos Santos) **916**

PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (Adilson Abreu Dallari e Mariana Novis) **921**

A PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS EM LICITAÇÕES PÚBLICAS E A FUNÇÃO DA APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DENOMINADO “MODELO DE GESTÃO OPERACIONAL” (Aniello dos Reis Parziale) **931**

A TOMADA DE CONTAS ESPECIAL COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE E RESPONSABILIZAÇÃO (Cynthia Magalhães Pinto Godoi Quintão e Ricardo Carneiro) **934**

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Supressão quantitativa do objeto superior ao limite legal de 25% do valor inicial atualizado da avença – Necessidade de consenso entre as partes **947**

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – Ata de registro de preços – Pré-contrato ou contrato preliminar – Celebração de contrato a cada nova necessidade administrativa – Observância do disposto no art. 62 da Lei de Licitações – Possibilidade de substituição por instrumentos mais simplificados – Obrigatoriedade de publicação do contrato na imprensa oficial, independentemente do seu instrumento formalizador **947**

SANÇÃO ADMINISTRATIVA – Previsão do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 – Impedimento de licitar e contratar – Âmbito de alcance **949**

RECURSO HIERÁRQUICO – Processamento do recurso – Observância do disposto no art. 109, § 4º, da Lei nº 8.666/1993 – Juízo de retratação – Encaminhamento à autoridade superior – Decisão de recurso impetrado – Concessão de nova oportunidade recursal – Descabimento **950**

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Prestação de serviços contínuos – Prorrogação de prazo – Manutenção de todas as condições inicialmente previstas – Valor da avença a ser prorrogada que deverá considerar os reajustes, revisões e acréscimos, caso tenham incidido no ajuste **951**

PREGÃO ELETRÔNICO – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de informática para manutenção e suporte do sistema de gestão integrada – Impossibilidade da utilização da modalidade licitatória – Serviço de natureza complexa – Necessidade da realização do certame por tipo técnica e preço – Nulidade do edital que se impõe (TJPR) **953**

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Fornecimento de tubos de PVC para rede coletora de esgoto sanitário – Não entrega do objeto – Inadimplemento integral – Resilição unilateral da avença – Aplicação de multa contratual pecuniária – Possibilidade – Problemas empresariais internos que não justificam o inadimplemento da prestação obrigacional pactuada – Exercício do direito de defesa pela contratada (TJSP) **956**

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – “Máfia das ambulâncias” – Frustração ao caráter competitivo da licitação – Operação Sanguessuga – Não comprovação de superfaturamento – Enriquecimento ilícito descaracterizado – Condenação, no entanto, por ofensa aos princípios da Administração Pública – Pretensa absolvição devido à delação premiada na esfera penal – Inexistência de vinculação do julgador na demanda de improbidade, de caráter civil, ante a independência entre os Juízos – Proporcionalidade na aplicação das penas (TRF4ªR) **962**

CRIME LICITATÓRIO – Frustração do caráter competitivo do certame – Não ocorrência – Convite – Aquisição de ambulância – Ex-Prefeito Municipal – Ausência de dolo específico – Manutenção da absolvição (TRFS***R**) **986**

CAPACIDADE FINANCEIRA – Exigência de índices contábeis – Liquidez – Justificação no processo licitatório – Parâmetros atualizados de mercado e atendimento às características do objeto licitado

– Vedação do uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade (TCU) **990**

PREGÃO ELETRÔNICO – Serviços de “tapa-buraco” – Edital – Registro de preços – Constatação de melhoria no instrumento convocatório – Registro fotográfico, GPS, inclusão de um técnico de nível médio cadastrado no Crea, acompanhamento dos serviços por meio de “livro de ordem” e verificação dos serviços por meio de ensaios tecnológicos e “*moto-link*” (TCMSP) **996**

COMENTÁRIOS AO PRINCÍPIO DA LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL: O RECONHECIMENTO DOS INFLUXOS DO MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO (Tauã Lima Verdan Rangel) **1001**

CONTRATAÇÃO DIRETA NA NOVA LEI DE ESTATAIS (Guilherme Carvalho e Sousa) **1012**

O SUPERFATURAMENTO POR MEIO DOS "JOGOS DE PLANILHA" EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS ORIUNDOS DE CERTAME LICITATÓRIO (Caroline Damian da Silva) **1021**

FUNDAMENTOS DA LEI Nº 8.666/1993: NORMAS GERAIS DOS ARTS. 22 E 24 DA CF E O MICROSSISTEMA JURÍDICO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Thiago Cássio D'Ávila Araújo) **1036**

LICITAÇÃO – Município – Contratação da prestação de serviços especializados de engenharia consultiva para fiscalização, acompanhamento e gerenciamento de obra destinada à edificação e pavimentação de edifício-garagem da Câmara Municipal – Previsão e indicação de recursos orçamentários – Obrigatoriedade legal – Desnecessidade de a Administração licitadora possuir previamente os recursos financeiros para arcar com o valor global do contrato – Ressalva em caso de normas municipais de execução orçamentária e/ou financeira que exija a disponibilidade de recursos financeiros para desencadeamento do certame **1055**

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – Utilização da ata de registro de preços por órgãos ou entidades que não tenham participado do registro – "Carona" – Observância do regulamento local – Adesão de apenas alguns itens que compõem determinado lote – Descabimento **1056**

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS – Exigência de certidão negativa de insolvência – Apresentação pelas participantes de certidão expedida por distribuidor de ações falimentares – Impossibilidade de aceitação – Peculiaridades regionais – Eventual ausência no local de certidão específica – Apre-

sentação de certidão de distribuição civil positiva – Possibilidade de aceitação, desde que acompanhada por certidão de objeto e pé dos processos nesta indicados, onde reste demonstrada a ausência de declaração de sua insolvência – Inabilitação de todas as licitantes – Considerações **1057**

PROFISSIONAIS INDICADOS PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL – Substituição – Possibilidade – Distinção da figura do fiscal do contrato **1058**

LEI DAS ESTATAIS – Regime das licitações e contratos – Prazo para adequação – Limite de 24 meses – Realização dos procedimentos licitatórios com base nas legislações anteriormente aplicáveis – Adoção na totalidade do regime de licitações previsto na Lei nº 13.303/2016, após a promoção das adaptações necessárias – Aplicação das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002 somente quando a Lei das Estatais expressamente dispuser **1059**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – Contratação de Monitor de Educação Física – Pregão presencial – Menor preço unitário – Pretenso recebimento pelo contratado de verbas trabalhistas rescisórias – Inadmissibilidade – Inexistência de vínculo empregatício entre as partes (TJMG) **1061**

HABILITAÇÃO – Prestação de serviços farmacêuticos – Exigência de registro da empresa no Conselho Regional de Administração – Não cabimento – Área de atuação diversa – Sócios que prestam direta e pessoalmente as atividades a que estão obrigados, sem intermediação de administrador – Conhecimentos técnicos na área atestados pelo Conselho Regional de Farmácia (TJRS) **1066**

LICITAÇÃO – Contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de apoio aos alunos com deficiência, limitações motoras e outras que acarretam dificuldades de caráter permanente ou temporário de autocuidado, com fornecimento de material e mão de obra – Alegada impossibilidade de participação das vencedoras por realizarem cessão de mão de obra, supostamente optantes pelo regime tributário do Simples Nacional – Não ocorrência de nulidade do certame – Caracterização de prestação de serviços, e não de cessão de mão de obra, nos termos do art. 219 do Dec. Federal nº 3.048/1999 (TJSP) **1070**

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Exploração de gás de xisto mediante fraturamento hidráulico (*fracking*) – Ação civil pública – Proposta de restrição do objeto da lide – Preservação de parte dos efeitos das avenças já assinadas e celebração de ajustes ainda pendentes, exclusivamente no que se refere à exploração de gás convencional – Não cabimento, entretanto, da execução parcial dos acordos – Risco de desconfiguração da estrutura do pactuado e existência de permissivo legal para a redução do objeto na extensão pretendida – Avaliação da legitimidade em Juízo de cognição exauriente (TRF4ªR) **1076**

CESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DA FOLHA DE PAGAMENTOS – Câmara Municipal – Competência para realização do procedimento licitatório – Ingresso da receita no caixa único da Urbe – Observância dos princípios da unidade do orçamento, universalidade e unidade de tesouraria – Impossibilidade de a “Casa de Leis” receber diretamente “investimentos em projeto de construção de uma nova sede” como contraprestação pelo gerenciamento da folha – Afronta à obrigatoriedade de licitação na modalidade concorrência e às regras do controle patrimonial da Lei nº 4.320/1964 (TCMG) **1092**

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CASO DE LICITAÇÃO, DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE? (Luiz Cláudio de Azevedo Chaves) **1101**

A POSSIBILIDADE DE CORREÇÃO DE DOCUMENTOS ESTRITAMENTE FISCAIS POR PARTE DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE NAS LICITAÇÕES: UMA AFRONTA AOS DITAMES CONSTITUCIONAIS? (Carlos Willians Osório) **1119**

O ESTATUTO DAS ESTATAIS (LEI Nº 13.303/2016) E A INAPLICABILIDADE DO REGIME LICITATÓRIO NAS ATIVIDADES-FIM DESEMPENHADAS PELAS EMPRESAS ESTATAIS QUE EXPLORAM ATIVIDADE ECONÔMICA (Aldem Johnston Barbosa Araújo) **1125**

PREGÃO ELETRÔNICO – Participação de empresa que possui ou possuía o mesmo sócio de outra empresa que foi penalizada e se encontra impedida de licitar e contratar com a Administração – Informação que consta da “ocorrência impeditiva indireta” no Sicaf – Extensão automática da penalidade à empresa licitante – Impossibilidade – Pessoas jurídicas distintas – Caracterização de fraude (intenção de burlar a penalidade aplicada) – Tese da desconsideração da personalidade jurídica **1157**

LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS – Balsa para travessia – Administração como locatária – Ajuste que não se submete à disciplina contida no art. 57, inc. IV, da Lei de Licitações, voltada exclusivamente para a locação de equipamentos e à utilização de programas de informática – Disciplina legal aplicável – Inteligência do art. 62, § 3º, inc. I, da Lei de Licitações **1159**

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – Vigência de duas atas de registro de preços para o mesmo objeto – Impossibilidade

– intenção de reunir os objetos em uma única ata – Considerações **1160**

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Modificação do preço no mercado – Necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro – Revisão contratual em favor da Administração – Possibilidade **1161**

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Prazo de vigência exaurido – Avença extinta – Impossibilidade de realizar prorrogação – Novas contratações – Orçamento público ainda não aprovado – Procedimento a ser adotado **1161**

CONSÓRCIO PÚBLICO – Entidade federativa integrante com pendência no serviço auxiliar de informação para transferências voluntárias (CAUC) – Não impedimento à assinatura de convênio e a consequente transferência voluntária a que se refere o art. 25 da LC nº 101/2000 – Observância ao princípio da intranscendência das sanções – Instituição de nova pessoa jurídica com personalidade distinta daquelas das entidades consorciadas (STJ) **1163**

PADRONIZAÇÃO – Frota de retroescavadeiras – Decreto municipal – Nulidade – Indicação de marca específica sem motivação suficiente – Discriminação em detrimento da racionalização e da eficiência – Prefeito Municipal – Improbidade administrativa – Caracterização – Penalidades – Suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio (TJRS) **1178**

OSCIP – Dispensa de licitação – Ilegalidade – Contratação para atividades meramente comerciais – Ofensa aos princípios da isonomia e da livre concorrência – Terceirização de mão de obra – Burla ao princípio do concurso público – Desvio de finalidade – Cobrança de taxa de administração – Não cabimento – Responsabilidade solidária do gestor público – Aplicação de multa – Omissão no dever de fiscalizar (TCPR) **1187**